


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000271-16.2016.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Daiani Cristina Mascagna**
 Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

DAIANI CRISTINA MASCAGNA move ação declaratória com pedido de indenização por danos morais em face de CLARO S/A. Alega, em essência, que a ré promove cobrança em seu desfavor em decorrência de negócio jurídico inexistente. Formulou pedido de tutela de urgência visando impedir a negativação (fl. 4). Pede a declaração de inexistência de débito e a condenação do requerido ao pagamento de indenização por danos morais na quantia de R\$ 10.710,70.

Deferida a tutela de urgência (fl. 27).

A requerida ofereceu resposta às fls. 37/59 sustentando a existência de relação jurídica, pontuando que a autora não sofreu danos morais e impugnando o valor pretendido a esse título. Requereu a improcedência da ação. Anexou instrumento de contrato à fl. 61.

Houve réplica (fls. 88/92).

É o relatório.
Fundamento e DECIDO.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil.

Presente o requisito da hipossuficiência técnica, impõe-se a inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Compete ao fornecedor de serviços, como corolário do risco da atividade empresarial, atuar com cautela para evitar a ocorrência de danos ao consumidor, o que não se verifica na hipótese dos autos.

Há compatibilidade das assinaturas lançadas pela autora (fls. 09/11) com as que constam do documento anexado pela ré à fl. 61, mostrando-se desnecessária a produção de prova pericial.

Porém, o instrumento de contrato apresentado pela ré é insuficiente para comprovar a existência do débito refutado, não se desincumbindo, pois, do ônus que lhe impõe o artigo 373, II, do Código de Processo Civil.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De outra parte, no que tange ao pedido de danos morais, entendo que os acontecimentos narrados nos autos não constituem dano moral a merecer a correspondente indenização, sobretudo considerando-se aquilo que ordinariamente acontece.

O aborrecimento por que passou a autora não configura humilhação, constrangimento ou dor moral a ser indenizada.

Saliente-se que meros percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça o que segue: *“só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente ao comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral”* (REsp nº 215.666-RJ, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha).

Desse modo, sob pena de banalização em face dos fatos desagradáveis por que todos passamos diariamente, não entendo configurado, na hipótese, dano moral indenizável.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido declaratório para resolver o contrato representado pelo instrumento de fl. 61 e declarar a inexistência dos débitos impugnados. **Convolo em definitiva a decisão antecipatória.** Arcará aré com honorários advocatícios de 10% sobre o valor indevidamente cobrado. De outra parte, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido indenizatório. Arcará a autora com honorários advocatícios de 10% do benefício econômico pretendido, observando-se a gratuidade concedida. Cada parte arcará com as custas processuais a que tenha dado causa (CPC, art. 86).

Interposta apelação, intime(m)-se o(s) recorrido(s) para apresentação de contrarrazões e, na sequência, encaminhem-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 07 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**